MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral da Saúde

Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede

Aviso n.º 2262/2006 (2.ª série):

Catarina Manuela dos Santos Milheiro, auxiliar de acção médica do quadro de pessoal do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede, com última residência conhecida na Rua de Vasco da Gama, 11, 3070, Praia de Mira — notificada de que, por despacho de 5 de Setembro de 2005 do Ministro da Saúde, proferido sobre o relatório final do processo disciplinar n.º 11/04-D em que é arguida e que correu termos na Inspeção-Geral da Saúde, lhe foi aplicada a pena disciplinar de demissão (artigos 69.º e 59.º do Estatuto Disciplinar).

1 de Fevereiro de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *Jorge Manuel Pereira Martins*.

Inspeção-Geral da Saúde

Aviso n.º 2263/2006 (2.ª série):

Vítor Manuel Silva Lopes, assistente administrativo principal do Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E. P. E., com última residência conhecida na Rua de Santo Eloy, 26, rés-do-chão, direito, 1675 Pontinha — notificado de que, por despacho de 27 de Janeiro de 2006 do Secretário de Estado da Saúde, em substituição do Ministro da Saúde, proferido sobre o relatório final do processo disciplinar n.º 133/04-D, em que é arguido e que correu termos nesta Inspeção-Geral, que lhe foi aplicada a pena disciplinar de demissão (artigo 72.º, n.º 4, do Estatuto Disciplinar).

8 de Fevereiro de 2006. — O Inspector-Geral, *Fernando César Augusto*.

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

Aviso n.º 2264/2006 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Dezembro de 2005 do conselho de coordenação, foi aprovado o regulamento da avaliação do desempenho do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, que se publica em anexo.

27 de Janeiro de 2006. — Pelo Director, a Subdirectora, *Francisca Avillez*.

Regulamento do Conselho de Coordenação da Avaliação do Desempenho do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Objecto e âmbito de aplicação

1 — O presente Regulamento define as regras de funcionamento do conselho de coordenação da avaliação do desempenho no Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA), em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 13.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio.

2 — As deliberações proferidas por este conselho aplicam-se a todos os funcionários, agentes, pessoal dirigente de nível intermédio e demais trabalhadores, independentemente do título jurídico da relação de emprego, desde que neste caso o respectivo contrato seja estipulado por um prazo superior a seis meses.

3 — Os trabalhadores requisitados ou destacados são avaliados no organismo onde tenham mantido mais de seis meses de contacto funcional com um avaliador.

4 — O presente regulamento não se aplica ao pessoal com contratos de avença ou de tarefa ou em situações semelhantes.

CAPÍTULO II

Competência, composição e funções

Artigo 2.º

Competências

O conselho de coordenação da avaliação do desempenho é um órgão que funciona junto do director do INSA e tem as seguintes competências:

- Estabelecer directrizes para uma aplicação objectiva e harmónica do sistema de avaliação do desempenho;
- Garantir a selectividade do sistema de avaliação, cabendo-lhe validar as avaliações finais iguais ou superiores a *Muito bom*;
- Emitir parecer sobre as reclamações dos avaliados;
- Proceder à avaliação do desempenho nos casos de ausência do superior hierárquico;
- Propor a adopção de sistemas específicos de avaliação nos termos previstos na Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

Artigo 3.º

Composição

1 — O conselho de coordenação da avaliação de desempenho tem a seguinte composição:

- O director do Instituto, o qual preside;
- O subdirector;
- O director da delegação;
- O director de Serviços Administrativos;
- Restantes dirigentes de nível intermédio do 1.º grau.

2 — Não é admitida a representação de qualquer dos seus membros.

Artigo 4.º

Duração do mandato

O mandato do conselho de coordenação de avaliação do desempenho inicia-se no dia 1 de Janeiro e termina em 31 de Dezembro de cada ano, sem prejuízo de se entender prorrogado, se necessário, para emissão de parecer sobre as reclamações dos avaliados ou da avaliação de desempenho nos casos de ausência do superior hierárquico, relativamente aos processos iniciados antes do termo do mandato.

Artigo 5.º

Funções do presidente

1 — Ao presidente do conselho de coordenação da avaliação do desempenho compete:

- Representar o conselho;
- Convocar, presidir e dirigir as reuniões do conselho;
- Garantir o funcionamento do conselho, de modo a assegurar a satisfação dos objectivos que lhe são cometidos, nos termos e para os feitos do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio;
- Promover o cumprimento das deliberações tomadas pelo órgão a que preside;
- Abrir e encerrar as reuniões, dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento da legislação e a regularidade das deliberações.

2 — Compete, ainda, ao presidente do conselho, na qualidade de dirigente máximo do serviço:

- Garantir a adequação do sistema de avaliação do desempenho às realidades específicas do serviço ou organismo;
- Coordenar e controlar o processo de avaliação anual do desempenho;
- Homologar as avaliações anuais;
- Decidir das reclamações dos avaliados, após parecer do conselho de coordenação da avaliação;
- Assegurar a elaboração do relatório anual da avaliação do desempenho;
- Assegurar o estrito cumprimento da aplicação do sistema de percentagens de diferenciação de mérito e excelência de modo equitativo aos diferentes grupos profissionais.

Artigo 6.º

Funções do secretário

1 — Na primeira reunião, deverá o conselho eleger o vogal que, durante o mandato, exercerá as funções de secretário.